

MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ANA BEATRIZ SOUSA GOMES

Introdução

Neste artigo, abordaremos a relação entre movimento negro, política educacional e escola, enfocando de que modo o engajamento político dos docentes pode favorecer a construção de uma educação inclusiva e de mecanismos de superação do racismo latente na sociedade brasileira. Apresentaremos posições de pesquisadores, resultados de estudos e reflexões sobre nossa vivência como educadora, dentro da seguinte ordem: Síntese Histórica da Educação do Afrodescendente no Brasil, Importância da Formação Docente para a Diversidade Cultural e a Política Educacional Brasileira, O Engajamento Político dos Educadores Militantes do Movimento Negro para uma Educação Inclusiva e A Pedagogia Interétnica.

Para isto, trataremos sobre os conceitos das categorias centrais, ou seja, movimento negro como moto social, educação como mecanismo de socialização popular e escola – uma instituição social criada para formar cidadãos.

Entendemos movimentos sociais na perspectiva de “ações coletivas de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMAN, 1991, p.22). No conjunto dessas ações coletivas, “o movimento negro é uma organização política que cumpre o papel de explicar a contradição racial no cenário brasileiro” (CUNHA JÚNIOR, 1992, p. 120).

Assim, o movimento negro também é uma forma de organização social para a luta dos afrodescendentes¹ e procura articular o desenvolvimento da democracia e da cidadania da sociedade brasileira, e a formação de cidadãos conscientes e combatedores das desigualdades sociais e raciais.

¹ afrodescendente denomina um conjunto amplo de diversas nomeações dadas ao negro, pretendemos eliminar, assim, as desgastantes e não conclusivas discussões em torno do conceito (CUNHA JÚNIOR, 1996, p.19)

O propósito dessa abordagem é mencionar como o problema da exclusão/inclusão dos grupos oprimidos, especialmente o grupo negro, na educação escolar, está sendo considerado em teorias e propostas educacionais contemporâneas. Acreditamos que a escola brasileira deve ser entendida como espaço de processos ricos de manifestações culturais, respeitando as diferenças individuais, vinculando as propostas educacionais às condições sociais e étnicas dos alunos.

Síntese Histórica da Educação do Afrodescendente no Brasil

A História da Educação nos revela que o pensamento pedagógico brasileiro do passado ainda está presente na teoria e na prática da Educação escolar da atualidade.

Foi o modelo de família patriarcal que influenciou a importação de idéias dominantes da cultura medieval européia, feita por intermédio do trabalho educativo dos Jesuítas. A classe dominante branca, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados da Europa.

Para Veiga (1994, p. 40),

[...] o plano de instrução no Brasil era consubstanciado na proposta pedagógica, *Ratio Studiorum*, trazida da Europa, que dominou o País até a expulsão dos Jesuítas por Pombal em 1759.

Os pressupostos didáticos diluídos na *Ratio* se caracterizavam pela ação pedagógica, marcada pelas formas dogmáticas do pensamento, contra o pensamento crítico. Enfocavam instrumentos e regras metodológicas, compreendendo o estudo privado, alma do processo ensino-aprendizagem em que o mestre prescrevia o método de estudo, a matéria e o horário. As aulas eram ministradas de forma expositiva. Os alunos prestavam contas de suas lições oralmente, corrigiam os exercícios e repetiam o que já fora exposto pelo professor. A avaliação do processo de aprendizagem enfatizava tanto a virtude do aluno quanto o seu grau de aproveitamento. Os exames eram orais e escritos. O ensino era completamente alheio à realidade vivida na Colônia. A Educação foi conduzida por uma pedagogia de dominação, uma vez que os colégios e seminários jesuíticos

foram, desde o início, pólos de transmissão da ideologia dominante e excludente dos colonizadores. Os objetivos eram fundamentalmente, supervalorizar a cultura européia – católica, marginalizar outras culturas, e assim excluir os diferentes de toda maneira possível.

Ao encerrar suas atividades em 1759, a Companhia de Jesus tinha na Colônia “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever” (AZEVEDO, 1963, p. 539). Esse fato demonstra que a Companhia de Jesus deixou raízes e sementes que possibilitaram que os frutos se perpetuassem até os dias atuais.

Tobias (1986, p. 101), quando se refere à educação do negro no Brasil, destaca o fato de que, se já nos tempos dos Jesuítas, os negros não recebiam nenhuma espécie de educação formal, pois o argumento geral é de que eles tinham sido trazidos da África para trabalhar e não para estudar, com maior razão, nada poderiam receber de uma filosofia de educação caracterizada por ser eminentemente aristocrática e por ministrar uma educação somente aos que se destinavam a seguir universidade, na maioria das vezes, do outro lado do Atlântico. É o que explicitamente se constata através das autoridades e de seus testemunhos nas diversas províncias, como nas de Alagoas, Rio de Janeiro, e Minas Gerais. Na Província do Rio Grande do Sul, já em 1837, a lei taxativamente prescrevia “São proibidas de freqüentar as escolas públicas: 1^o – as pessoas que padecem de moléstias contagiosas, 2^o – os escravos e pretos ainda que livres ou libertos”.

Nesse tempo, a educação escolar ainda permanece com uma atuação irregular, fragmentária e quase nunca com resultados satisfatórios. O modelo brasileiro majoritariamente agrário não favorece a demanda da educação, que não é vista como meta prioritária em face da grande população rural analfabeta, composta sobretudo por escravos.

No final do Império, com a reforma de 1879, instituí-se a liberdade de ensino, de freqüência, de credo religioso, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrículas de escravos negros.

Verificamos que, a partir de 1879, os escravizados afrodescendentes já poderiam ter acesso a escolarização mas, apesar disso, ela aconteceu alheia à sua realidade cultural.

Os objetivos práticos da ação jesuítica no Brasil era o recrutamento de fiéis e servidores. Esse modelo educacional não contribuiu para modificações estruturais na vida social e econômica da Colônia e assumiu papel de agente colonizador. Toda a história da Educação no Brasil tem herança da prática pedagógica constituída pela pedagogia jesuítica. Estes preceitos educacionais foram responsáveis pelo ensino no nosso País, por mais de duzentos anos.

Assim, apesar da grande influência da educação jesuítica até os nossos dias, provocando um ensino excludente e elitizado, o Governo federal, por intermédio da política educacional com várias leis de diretrizes e bases da educação nacional² e Parâmetros Curriculares (BRASIL, 1997), menciona alguns aspectos que remetem à necessidade do processo de educação escolar contemplar a diversidade étnica, socioeconômica e cultural em nossa sociedade e assim da importância da formação docente para a diversidade cultural.

Importância da Formação Docente para a Diversidade cultural e a Política Educacional Brasileira

A recente edição da Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, passando a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

² BRASIL (4.024/1961), BRASIL (5.692/1971), BRASIL (9.394/1996).

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

A promulgação dessa lei é um marco na preocupação do Estado brasileiro, com a exigência do ensino da cultura e história dos afrodescendentes. A ausência de preocupações específicas do Brasil, possivelmente, representa a confluência de duas tendências concomitantes da cultura brasileira, uma aprofundando a visão universalista, disfarçando a presença de conflito étnico no País, outra de fonte eurocêntrica racista, que funciona pela eliminação das culturas africanas e indígenas das representações educacionais. Ambas as vertentes contribuem para o silêncio expressivo sobre os temas de interesse dos afrodescendentes na educação oficial.

Nesse processo de implementação da Lei nº 10.639/2003, foi necessária também a formulação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana por meio do Parecer CNE/CP003/2004 e Resolução CNE/CP001/2004 que visa a divulgação e produção de conhecimentos e de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos, respeitando igualmente seus direitos valorizando sua identidade e, assim, consolidando a democracia brasileira.

Essas diretrizes curriculares nacionais necessitam subsidiar a consolidação de uma mudança na estrutura curricular que favoreça uma prática pedagógica importante na formação docente para a diversidade cultural. A estrutura curricular que estamos mencionando refere-se desde a educação básica à pós-graduação. Inclui capacitação de docentes nas universidades em todos os cursos de licenciatura, com a elaboração, divulgação e distribuição de materiais didáticos. Não podemos garantir essa mudança sem que haja novos materiais com essa concepção e com essa proposta.

Todos esses pontos precisam ser discutidos juntamente com os problemas atuais das universidades e do professorado brasileiro, principalmente, o que envolve a crise

de sentido da formação para uma educação inclusiva (GOMES, 2002) e reflexiva (RESENDE, 2001) e prática docente na atual conjuntura de política neoliberal (GENTILI, 1998).

Uma das estratégias para implantar e avaliar a execução dessas diretrizes curriculares é a convocação e sensibilização dos administradores dos sistemas de ensino, conselhos de educação, professores, pesquisadores, estudantes, Movimento Negro e sociedade civil.

O desafio dos profissionais da educação é duplo: a diversidade e a realidade neoliberal.

Trabalhar com a diversidade étnica, o que requer conscientização, valorização de saberes e histórias de vida, é também uma forma de lutar contra o neoliberalismo na educação.

Portanto, verificamos o reconhecimento da política educacional brasileira de todo o preconceito racial e o racismo que é perpetuado pelo sistema educacional e de como, por meio das leis, planos e parâmetros encontramos brechas para trabalhar essas questões (GOMES, 2004).

Reconhecer requer a adoção e execução de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira nos diferentes níveis de ensino.

Tem sido unânime a insatisfação de gestores, pesquisadores e professores com as formas convencionais de se formar professores em nosso país. Realizada em dois níveis de ensino – médio e superior –, os atuais cursos não dão conta de preparar o professor com a qualidade que se exige hoje desse profissional (LIBÂNEO & PIMENTA, 2002, p.39)

Dessa forma, as universidades também têm um papel fundamental na formação docente para a diversidade cultural.

Até os dias atuais, no entanto, verificamos que esse processo de mudança não se efetiva na prática cotidiana nas escolas da educação básica e superior, e além disso, encontramos ainda uma distância muito grande entre os segmentos étnicos com relação ao acesso à educação formal.

O que temos verificado, entretanto, é a promulgação de leis e parâmetros valorizando e reconhecendo a necessidade de uma educação inclusiva, que se constituem

documentos importantes, porém, não são obedecidos pela maioria, que não os põe em prática na sala de aula.

Diante de toda essa problemática envolvendo a educação dos afrodescendentes, há um segmento no interior do movimento negro que trabalha especificadamente o aspecto relacionado à educação escolar inclusiva – os educadores militantes.

O Engajamento Político dos Educadores Militantes do Movimento Negro para uma Educação Inclusiva

A educação escolar, continuum de educabilidade do ser humano, acontece, sobretudo na escola. Entendemo-la como uma instituição social, construída por sujeitos socioculturais, compreendida como espaço da diversidade para a formação de cidadãos, onde as práticas pedagógicas curriculares têm um papel fundamental e indescartável.

Uma vez que faz parte das responsabilidades da educação escolar a promoção da cidadania (BOAKARI, 1994), (DIAS, 1997), e estando incluso neste o respeito à diversidade etnocultural, diversos autores (GONÇALVES, 1987); (SILVA, 1995) criticam a educação escolar por não fazer o reconhecimento das diferenças individuais e coletivas e de não trabalhar o respeito a tais diversidades e, deste modo, contribuir para mutilar o patrimônio cultural do negro e da sociedade brasileira.

No entender de outros (FIGUEIRA, 1990) (CUNHA JÚNIOR, 1998), as culturas negras, quando abordadas, a relação ocorre de forma caricatural e reducionistas, pois são vistas de dentro dos limites de uma pobre leitura vaga da música, da culinária e de palavras na língua portuguesa.

O movimento negro, no entanto, sempre se posicionou, por meio de uma prática pedagógica inclusiva, ante os problemas referentes à educação dos afrodescendentes (CUNHA JÚNIOR & GOMES, 2003).

A preocupação do movimento negro na área da educação deu-se inicialmente por via da educação popular, aqui entendida como

[...] uma gama ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política de grupos

sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social. Em muitos casos, as atividades de "educação popular" visam o desenvolvimento de habilidades básicas, como a leitura e a escrita, consideradas como essenciais para uma participação política e social mais ativa (SILVA, 2000, p.48).

Apesar de a educação popular como práxis da educação tenha surgido no Brasil a partir de 1961 (BRANDÃO, 2002), o movimento negro, desde o período do escravismo criminoso, já organizava atividades visando à alfabetização de escravizados, embora esse processo fosse proibido por lei.

Assim, desde o século XVIII, temos registro de atividades de entidades negras (SILVA, 2003), demonstrando que uma das principais contribuições do Movimento Negro é na área da educação escolar, porque a escola, a não ser por iniciativas isoladas, não vem desenvolvendo qualquer trabalho sistemático efetivo de valorização do afrodescendente.

O engajamento político dos educadores no movimento negro sucede em quase todas as entidades. (CUNHA JÚNIOR & GOMES, 2003). Á partir da década de 1990, surgiram mais grupos de consciência negra nos sindicatos de educadores e núcleos de estudos afrobrasileiros (NEABs) nas universidades públicas. Com estes, é fortalecida a preocupação e reforçada a necessidade do ingresso de afrodescendentes nas universidades e produzindo um movimento de cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes (ANDRADE & FONSECA, 2002).

Existe também, por parte dos educadores militantes, um cuidado com a formação do povo afrodescendente no contexto da política educacional subordinada ao neoliberalismo, que exclui cada vez mais os afrodescendentes por serem também a maioria pobre e com maior dificuldade para competir com as camadas socialmente mais privilegiadas.

A luta dos educadores militantes do Movimento Negro acontece tanto pela igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola, e da busca pela qualidade da escola pública em todos os níveis, quanto pela questão didática e pedagógica dos conteúdos que precisam estar voltados também para a realidade dos afrodescendentes brasileiros. Isto reflete na política de formação de educadores,

o que requer desses atores sociais muito esforço no sentido de resistir às pressões políticas para a reprodução das relações sociais de produção capitalista.

No âmbito dessa luta e postura política e profissional, é que a articulação entre formação de professores e diversidade étnico-cultural pode ser entendida como importante desafio para o campo da educação e como mais uma competência pedagógica a ser construída e praticada pelos educadores (GOMES & SILVA, 2002).

Esse desafio é enfrentado por diversos educadores cuja prática pedagógica ocorre em virtude da história de vida, pertencimento étnico/racial, desejo e experiências cotidianas que impulsionam a sua sensibilidade diante da diferença, trazendo-lhes de forma contundente a importância da inserção desse debate na prática escolar.

Para Silva (2001), recentemente, duas linhas de ação evidenciam-se pelo movimento negro: a formação de educadores para o combate ao racismo e a produção de recursos didático-pedagógicos para discussão do racismo, da discriminação racial e compreensão das desigualdades geradas por eles. Acrescentamos o fato de que, na formação de educadores, também se evidenciam a pesquisa e o ensino da História e Cultura afrodescendente e afrobrasileira, pois o desconhecimento oficial desses temas por parte das escolas de todos os níveis também produz preconceitos.

Dentro dessa postura militante acadêmica, de busca de superação desses problemas, podemos mencionar a criação, em 1999, do concurso de dotações "Negro e Educação", promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Ação Educativa, financiado pela Fundação Ford, que já em fase de seleção para a 4ª edição.

Outro fato importante foi a criação em 2001 do Grupo de Estudos "Afrobrasileiros e Educação" que está integrando também a ANPED, e a organização do I Encontro Nacional sobre Ações Afirmativas nas Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido na Universidade de Brasília em dezembro de 2002.

Esse Encontro formou parte do I Fórum "Diversidade na Universidade", realizado em Brasília e organizado pelo Programa de idêntico nome, ligado à Secretaria de Ensino Médio do Ministério da Educação. O evento congregou

dezenove professores (dezessete dos quais são negros) responsáveis pelos NEABs de quatorze universidades públicas brasileiras: UFG, UFPI, UNIFAP, UFMA, UNEB, UFSC, UFF, UFG, USP, UERJ, UFMG, UFAL, UDESC, UnB, e Ufscar e de duas universidades privadas: UCAM e PUC-Minas (CARVALHO, 2003).

Em dezembro de 2003, em Brasília, o Programa Diversidade na Universidade promoveu o seminário "O Negro no Ensino Médio". O evento reuniu especialistas de todo o País e professores vinculados à articulação de educadores negros que trabalham com a temática História e Cultura Afro-Brasileira, Representantes dos NEABs e do Movimento Negro trocaram experiências e discutiram a implementação da Lei n. 10.639 e políticas de acesso e permanência das populações afrodescendentes nas instituições de ensino médio e superior.

Podemos fazer referência, também, aos congressos brasileiros de pesquisadores negros, programados para acontecer a cada dois anos, desde o ano 2000. Têm como objetivo dar visibilidade a uma produção acadêmica orientada pela experiência afrobrasileira, marcadamente subjugada dentro e fora das instituições de ensino, e atestar a riqueza e a pluralidade dos diversos estudos apresentados, representativos de pesquisas em diferentes estágios, áreas e regiões do País (BARBOSA et. al., 2003). Nesses congressos, foi instituída a Associação Nacional de Pesquisadores Negros (2004), que tem como objetivo principal congregar estudiosos que tratem da problemática racial, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra no Brasil.

Ainda citando algumas iniciativas da militância negra acadêmica no combate ao racismo e direcionadas para uma educação escolar inclusiva, trataremos, a seguir, sobre a Pedagogia Interétnica.

A Pedagogia Interétnica

Segundo Cruz (1987, p. 74), a Pedagogia Interétnica surgiu em 1978, como resultado de uma pesquisa sobre relações raciais, conduzida pelo Núcleo Cultural Afrobrasileiro de Salvador, em colaboração com a Universidade Federal da Bahia. Esse estudo mostrou que o processo edu-

cional é o principal responsável pela transmissão do preconceito racial e que, só através desse processo será possível combatê-lo.

A pedagogia interétnica tem como objetivo fundamental o estudo e a pesquisa do etnocentrismo, do preconceito racial e do racismo transmitidos pelo processo de socialização ou educacional (família, comunidade, escola, sociedade global e meios de comunicação social), além de indicar medidas educativas para combater os referidos fenômenos (CRUZ, 1989, p. 51).

A Pedagogia Interétnica sugere uma linguagem total e pretende utilizar os meios de comunicação social (escola, teatro, imprensa, rádio, história em quadrinhos, posters, cinema, TV, vídeo e palestras) como mecanismo de educação e de combate aos preconceitos e discriminações raciais, intervindo sistematicamente na educação escolar, colaborando na elaboração de práticas pedagógicas curriculares nas escolas baseadas nos valores dos grupos étnicos subalternos, como negros, índios e também outros grupos oprimidos como os pobres, mulheres e deficientes físicos, procurando assegurar a construção de uma autêntica democracia tanto racial quanto social.

Destacaremos os métodos de pesquisa e de combate ao preconceito racial e ao racismo recomendados pela Pedagogia Interétnica. Entendemos que estes métodos podem ser aplicados com toda a comunidade escolar porque participam das relações sociais na escola. Podemos adequar a maneira de aplicá-los para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Vale ressaltar que esses métodos devem ser utilizados tomando como referência os pressupostos da pesquisa participante que recomendam a participação efetiva dos membros no campo de estudo e na análise de sua própria realidade. Não representam fórmulas estáticas, mas integram um processo de orientação e sugestão no qual o mais importante é a percepção e o momento vivido pelos educadores na busca de detectar o preconceito racial e o racismo, verificando a intervenção mais apropriada para cada situação apresentada nos processos de educação formal e informal.

Os métodos de pesquisas sobre o preconceito e acerca do racismo propostos pela Pedagogia Interétnica são:

1. o método sociológico – baseia-se na mensuração das atitudes das pessoas na sua maneira de pensar, sentir e suas aspirações da sua realidade vivida. Para isso é recomendada a realização de entrevistas e questionários não diretivos de distância social.
2. o método de análise da linguagem ordinária – Concentra-se na maneira como a linguagem é utilizada no cotidiano, manifestando o preconceito racial. O significado de uma palavra depende do sujeito que a usa do seu contexto sócio-cultural. Ao analisar a linguagem estes aspectos precisam ser considerados. Podemos citar como exemplo: “dia negro”, “a coisa está preta”, “coisa de negro”.
3. o método semiológico – pesquisa a ideologia da supremacia branca veiculada nos objetos culturais e nos sistemas visuais-verbais nos meios de comunicação social e como, por exemplo, as referências com os termos “meia cor da pele” e da “calcinha cor da pele”.

Diante dos métodos de pesquisa do preconceito racial e do racismo, a Pedagogia Interétnica propõe os métodos operacionais de combate ao racismo que são:

1. o método curricular – trabalha na construção de um currículo escolar fundamentado na cultura e nos valores dos grupos étnicos dominados, no caso, o negro e o índio. Esta proposta de combate ao racismo reconhece que as ideologias classistas, machistas e racistas são transmitidas pelo currículo oculto, entretanto, acontece também na escola um processo de resistência a essas ideologias. Os sujeitos conscientes de seus papéis sociais assumem uma postura contestadora e transformadora ao não aceitarem a situação vigente.

Assim, a Pedagogia Interétnica surge a partir dessa postura contestadora, com a criação desse espaço de resistência dentro do sistema educacional.

O método curricular sugere além de práticas pedagógicas curriculares baseadas na cultura dos grupos étnicos oprimidos, o comprometimento com valores da dignidade

humana e anti-racista com a discussão crítica de temas relacionados aos problemas sócio-raciais do passado e da contemporaneidade da nossa sociedade, na busca de um futuro mais justo e democrático.

2. O método etnodramático – sugere a ação dramática como instrumento de combate ao racismo, ao preconceito racial e ao etnocentrismo, assumindo uma postura dialogical entre os atores e o público, analisando criticamente o contexto social dos grupos étnicos oprimidos, utilizando técnicas socio-dramáticas, como por exemplo, no passado, temos a experiência do Teatro Experimental do Negro.
3. O método da comunicação total – aconselha a utilização de cartazes anti-racistas, filmes, *slides*, vídeos, cartilhas, textos, palestras e demais meios de comunicação social, no combate ao racismo, atingindo a todas as comunidades sociais, como nas residências familiares, escolas, igrejas e clubes.

A aplicação dos métodos de combate ao racismo deve ser articulada em consonância com os seguintes aspectos estruturais da Pedagogia Interétnica:

1. o aspecto psicológico – considera o complexo de superioridade do grupo étnico dominante e o complexo de inferioridade e auto-rejeição do grupo étnico dominado, indicando medidas psicoterapêuticas porque o comportamento do negro decorrente da auto-rejeição de sua raça é doentio e emperra todo o processo de afirmação de identidade e de auto-estima que vem sendo construído ao longo dos anos por grupos de pessoas sensíveis a esses problemas raciais.

Dessa forma, entendendo as estruturas psíquicas das pessoas, o trabalho de combate ao racismo pode se tornar mais consistente.

2. o aspecto histórico – propõe uma reavaliação crítica da historiografia dos grupos étnicos dominados

investigando as raízes históricas do preconceito racial e os fatores que levaram alguns grupos étnicos a se desenvolverem mais do que outros, porque o historiador conta a história de acordo com os valores e interesses de sua cultura e classe sócio-racial.

3. o aspecto sociológico – estuda a situação socioeconômica do negro e aponta os fatores socioculturais que condicionam a marginalidade dos grupos étnicos dominados na estrutura global da sociedade.

Antes de mencionarmos o aspecto axiológico, faz-se necessário voltarmos ao vocábulo axiológico, que “é originado da palavra grega *axios* que significa “o que é precioso”, o que pode ser estimado. Isto quer dizer que podemos estabelecer a axiologia como ciência dos valores que é a distinção entre “o que é “ e “o que deveria ser” (CRUZ, 1989, p. 62).

4. o aspecto axiológico – tem como pressuposto corrigir as distorções ocasionadas pela ideologia da superioridade dos valores ocidentais sobre os outros grupos étnicos existentes no Brasil e no mundo.
5. o aspecto antropobiológico – aborda as teorias da superioridade racial e propõe a sua desmistificação, difundindo as modernas teorias antropológicas que enfatizam a naturalidade das diferenças e a igualdade entre estas diferenças.

Apresentamos os métodos de pesquisa e de combate ao racismo recomendados pela Pedagogia Interétnica, porque concordamos com os seus fundamentos que, de uma forma necessária, preocupa-se também em trabalhar com as estruturas internas e externas criadas nas pessoas em decorrência do racismo, conforme discutido, de forma sucinta, nos aspectos estruturais da Pedagogia Interétnica.

A proposta da Pedagogia Interétnica é o reconhecimento e o desenvolvimento das potencialidades e dos valores do ser humano, partindo da sua vivência concreta no mundo. Considera todos os grupos étnicos de nossa sociedade, procura evidenciar situações, promovendo discussões voltadas para os

problemas de identidade étnica e das relações sociais, mas reconhece todo o eurocentrismo existente nos processos de educação. Trabalha com o currículo oficial, enfatiza a cultura dos índios e dos negros como uma forma de descentralizar a cultura eurocêntrica existente no sistema educacional.

Entendemos que a Pedagogia Interétnica é um instrumento de trabalho capaz de combater o racismo como um fato social porque constitui também uma força coercitiva, ao ser uma proposta de pesquisa sobre o racismo e uma intervenção pedagógica sensível às peculiaridades dos grupos sociais oprimidos.

Não basta, portanto, somente denunciar o racismo, mas é necessário, ao mesmo tempo, combatê-lo ou pelo menos fazermos algo contra ele. A Pedagogia Interétnica é um caminho de construção diária onde cada educador/pesquisador percorre sua trilha, orientado, acima de tudo, pela capacidade de enfrentar situações, que no caso dos educadores negros, já foram vividas e que, na maioria das vezes, ficaram para trás, somente em forma cronológica de acontecimento, mas estão presentes no inconsciente e com marcas profundas na formação da nossa identidade e personalidade.

Percebemos que essas situações precisam ser discutidas, tanto as do passado quanto as do presente, para que os educadores se fortaleçam e criem coragem até para falar sobre esses assuntos, tão delicados, porque a maioria dos educadores, nas experiências escolares que já vivenciamos, não se sentem à vontade para falar dessas questões.

Assim, precisamos aliviar, amortecer e acabar com essas agressões racistas para que os nossos filhos, as crianças e os jovens que constroem o nosso País possam viver uma cidadania mais plena.

Considerações Finais

Diante da realidade cultural e educacional de desigualdades étnicas e sociais no País, precisamos de ações coletivas. Precisamos de práticas cotidianas de superação dos mecanismos que inferiorizam a população afrodescendente, as quais devem ser efetivadas não somente pelos educadores militantes, mas também pela sociedade como um todo.

O Movimento Negro faz a sua parte na luta por uma escola inclusiva e de qualidade porque sofre as conseqüências do descuido por parte da autoridade responsável pela educação oficial.

A política educacional formula leis, no entanto, infelizmente, no País, as leis não conseguem mudar a cultura das pessoas, de modo que precisam ser operacionalizadas convenientemente.

As escolas são instituições sociais, mas nem todos usufruem das mesmas oportunidades. A qualidade das relações sociais nesses espaços pode ocasionar graves desigualdades.

O engajamento político dos educadores do Movimento Negro constitui uma prática pedagógica de combate à discriminação e ao racismo. É promovida por educadores militantes, em ações cotidianas, presentes em várias esferas do poder público e na interação que esses sujeitos mantêm com os movimentos sociais, irrompendo os limites da sala de aula e projetando-se para o campo da política social e educacional. São professores da Educação Básica e da Educação Superior, pesquisadores, mestres e doutores. Elaboram textos, ministram cursos, palestras em congressos e encontros, procurando discutir os problemas da ineficácia da formação de professores e da falta de oportunidade educacional dos afrodescendentes.

Entendemos que a proposta da Pedagogia Interétnica nas escolas é viável, foi uma elaboração da militância negra, pois, além de estudar o racismo, tenta combatê-lo de várias maneiras, com vários suportes teóricos e metodológicos, indicando sugestões práticas para uma didática interétnica para professores do ensino fundamental, médio e superior, em várias áreas de ensino.

Devemos, portanto, entender e trabalhar as instituições escolares como espaços de processos ricos de manifestações culturais e vivências, vinculando as propostas educacionais a experiências sociais onde acontecem encontros, como afirmação de identidades, culturas e desencontros como preconceito, discriminação e violência, para que possamos combater as desigualdades étnicas e sociais. Uma das formas de vivenciarmos uma educação libertadora, com uma pedagogia do oprimido (FREIRE, 1987), seria se levássemos também em consideração a Pedagogia Interétnica.

As ações cotidianas aqui mencionadas precisam também ser ampliadas, pois são exercícios de sensibilidade e respeito com os seres humanos (de qualquer etnia, religião e opção sexual) e com o meio ambiente, para que possamos militar em um movimento social maior em prol do respeito à vida cidadã. Seja por intermédio da educação escolar, da educação popular, da política educacional, da igreja, enfim, que não vejamos a agressão a pessoas e a violência ao meio ambiente como um fato banal e corriqueiro em nosso dia-a-dia.

Referências Bibliográficas

- AMMAN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: frente para o Estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, Rosa & FONSECA, Eduardo. *Aprovados! cursinhos pré-vestibulares e população negra*. São Paulo: Selo Negro. 2002.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Rev. e ampl. Brasília: Ed. UNB, 1963.
- BARBOSA, Lúcia Maria et al (Orgs.). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisas sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- BOAKARI, Francis Musa. As crianças negras e a socialização que produz o fracasso escolar. In: ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. *GT. Sociologia da Educação*. Porto Alegre, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1961.
- _____. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1971.
- _____. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1996.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- CARVALHO, José Jorge de. Ações Afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEABs. In: SANTOS, Renato & LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).
- CRUZ, Manoel de Almeida. *Pedagogia Interétnica. CADERNOS de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 63, 1987.
- _____. *Alternativas para combater o racismo*. um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: Núcleo Cultural Afrobrasileiro, 1989.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: EDICON, 1992. 142p.
- _____. Afrodescendência, pluriculturalismo e educação. In: PLURALIDADE cultural – a diversidade na educação democrática – *Pátio Revista Pedagógica*, Porto Alegre: Editora Artes Médicas, RS, n.6, ago./out. 1998.
- _____. & GOMES, Ana Beatriz Sousa. Movimentos sociais de maioria afrodescendente e educação. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
- DIAS, Lucimar Rosa. *Diversidade étnico-racial e educação infantil*. Três escolas, uma questão, muitas respostas. (Dissertação) Mestrado. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1997.
- FIGUEIRA, Vera Moreira. "O preconceito racial na escola". *Estudos afro-asiáticos*, n. 18, 1990. p. 63-91.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época; v.5).
- GOMES, Ana Beatriz Sousa. Práticas pedagógicas inclusivas na educação escolar brasileira: o caso dos negros(as). *Linguagens, Educação e Sociedade – Revista do Mestrado em Educação*, Teresina, Universidade Federal do Piauí. EDUFPI, n. 7, 2002.

- _____. Prática pedagógica curricular e afrodescendência. In: ALBUQUERQUE, Luís Botelho. *Culturas, currículos e identidades*. Fortaleza: Editora UFC, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e & BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). *O Pensamento negro em educação no Brasil*. Expressões do Movimento Negro. São Carlos: Ed. Da UFSCar, 1997.
- GOMES, Nilma Lino & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Orgs.). O Desafio da diversidade. In: _____. (Orgs.). *Experiências etnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- GONÇALVES, Luís Alberto de Oliveira. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeira à quarta série*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 1985.
- _____. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 63, 1987.
- LIBÂNIO, José Carlos & PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 11-58.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.
- RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. O Sujeito reflexivo no espaço da construção do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro & FONSECA, Marília (Orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas - SP: Papirus, 2001. (Coleção Magistério: formação e trabalho Pedagógico).
- SILVA, Ana Célia da. *A Discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CEAQ, CED, 1995.
- SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

- SILVA, Selma Maria. *Imagens de africanidades! uma leitura de mundo anti-racista*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2003.
- SILVA, Tomás Tadeu da. *Teoria cultural e educação: vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TOBIAS, José Antônio. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A Prática pedagógica do professor de didática*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1994.